

Banco
SOFISA

Melhor banco de Middle Market de 2022 pelo 2º ano consecutivo.

Demonstrações Financeiras. Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
CNPJ 08.257.293/0001-07

ESTADÃO broadcast
finanças
mais +
2022
+
BICAMPEA



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades (Nota 4)	13	27	Depósitos (Nota 18)	-	22.941
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	8.361	30.971	Depósitos interfinanceiros	-	22.941
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.361	30.971	Outras obrigações	14.714	13.870
Tits e Valores Mob. e Instr. Financ. Derivativos (Nota 6)	7.599	6.747	Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	351	124
Carteira própria	7.599	6.747	Provisão para riscos tributários e trabalhistas (Nota 9)	14.350	13.718
Outros Créditos (Nota 7)	25.210	24.081	Diversas (Nota 10)	13	28
Créditos tributários	6.310	6.223	Patrimônio líquido (Nota 12)	26.535	25.098
Depósitos judiciais	18.342	17.290	Capital social de domiciliados no país	17.500	17.500
Diversos	558	568	Reservas de lucros	9.032	7.601
Outros Valores e Bens	66	83	Outros Resultados abrangentes	3	(3)
Outros valores e bens	13	13			
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(13)	(13)			
Despesas antecipadas	66	83			
Total do ativo	41.249	61.909	Total do passivo e patrimônio líquido	41.249	61.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutária			
Saldos em 30 de junho de 2022	17.500	3.001	4.626	-	499	25.626
Resultado do semestre	-	-	-	-	906	906
Reserva Legal	-	46	-	-	(46)	-
Reserva Estatutária	-	-	1.359	-	(1.359)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	3	-	3
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.500	3.047	5.985	3	-	26.535
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.500	2.975	4.626	(3)	-	25.098
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.431	1.431
Reserva Legal	-	72	-	-	(72)	-
Reserva Estatutária	-	-	1.359	-	(1.359)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	6	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.500	3.047	5.985	3	-	26.535
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.500	2.939	3.947	(8)	-	24.378
Resultado do exercício	-	-	-	-	715	715
Reserva Legal	-	36	-	-	(36)	-
Reserva Estatutária	-	-	679	-	(679)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.500	2.975	4.626	(3)	-	25.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("CFI" ou "Instituição"), CNPJ nº 08.257.293/0001-07, com sede na Alameda Santos, 1.496 - São Paulo/SP, foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie. Sendo controlado pelo Banco Sofisa S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições do grupo e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração destas demonstrações financeiras observa o disposto na Resolução BCB Nº 2 emitida em 12 de agosto de 2020, passando a apresentar o balanço patrimonial de forma resumida e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa. Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a CFI, na elaboração das suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16; CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.877/20; CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.720/19; e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.748/19. A Resolução nº 4.966/21, que trata da convergência para a norma internacional do IFRS 9, entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. A administração do Banco Sofisa S.A. aprovou o plano de implementação em 31 de dezembro de 2022, seguindo as disposições trazidas por essa Resolução, referentes aos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. O plano está dimensionado para atender as alterações determinadas, dentro do prazo estipulado pela nova legislação regulamentar. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 15 de fevereiro de 2023.

3. Descrição das principais práticas contábeis - a. Auração do resultado: Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados "pro-rata" dia. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério "pro-rata" dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes. **b. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A CFI não possui títulos classificados como mantidos até o vencimento. A CFI não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados de caráter não temporários, serão refletidos no resultado como perdas realizadas imediatamente. **d. Outros ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo ou liquidação, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia. **e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), foi calculada considerando a alíquota de 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo) são calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias geradas até 31 de dezembro de 2022 considerando as alíquotas de 25% IRPJ e 15% CSLL. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, estudos técnicos e análises da Administração em atendimento à Resolução CMN nº 4.842/20. As obrigações fiscais diferidas são calculadas sobre as diferenças temporárias. Conforme Lei 14.183, para o período de julho a dezembro de 2021, a alíquota de CSLL foi de 20%, retornando para 15% a partir de janeiro de 2022. A Medida Provisória MP 1.115 de abril de 2022, majorou a alíquota da CSLL em 1% para o período de agosto a dezembro de 2022, passando de 20% para 21% para os Bancos de qualquer espécie e de 15% para 16% para as demais entidades reguladas pelo Banco Central. **f. Estimativas contábeis:** Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como provisões para riscos e crédito tributário. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. **g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão subsidiadas nas disposições da Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN, sendo observadas as seguintes regras: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas remotas não são provisionados e ou divulgados; • As obrigações legais

são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. Está representada por processos judiciais, cujo objeto é a sua legalidade ou constitucionalidade. **h. Resultados recorrentes e não recorrentes:** Com a emissão da Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil determinou a divulgação de resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução, em seu artigo 34 §4º, define resultado não recorrente como aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **i. Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações na data dos balanços. **j. Demonstração do fluxo de caixa:** Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a CFI utiliza o método indireto.

4. Disponibilidades

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	13	27
Total	13	27

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2022	31/12/2021
Curto Prazo	-	7.683
Longo Prazo	8.361	23.288
Total	8.361	30.971

Composto por R\$ 2.104 com vencimento em 06/2024 e R\$ 6.257 com vencimento em 07/2025. O indexador utilizado é 100% CDI, em 31 de dezembro de 2022 (100% CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor curva	Valor mercado	Valor curva	Valor mercado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.594	7.599	6.752	6.747
Total	7.594	7.599	6.752	6.747

Os saldos em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são de longo prazo com vencimento em 03/2024. A marcação ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda está informada na Demonstração de Resultado Abrangente em outros resultados abrangentes, líquida dos respectivos impactos tributários. O valor justo baseia-se em consultas a cotações de preços de mercado através de fontes independentes (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais-ANBIMA) ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes.

7. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Créditos tributários (a)	195	6.115	6.310	216	6.007	6.223
Devedores por depósitos em garantias	-	18.342	18.342	-	17.290	17.290
Imposto de renda a compensar/recuperar	-	558	558	-	568	568
Total	195	25.015	25.210	216	23.865	24.081

(a) Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes de provisão para passivos contingentes, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

a) Movimentações dos créditos tributários:

	Créditos tributários		31/12/2022
	Realização/reversão	Constituição	
Prejuízos fiscais	439	(97)	342
Base negativa de CSLL	278	(59)	219
Diferenças temporárias:			
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	5.485	(80)	335
Provisão para perdas com BNDU	5	-	5
Outras	10	(12)	8
Total das diferenças temporárias	5.500	(92)	343
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	6	(8)	(2)
Total do crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social	6.223	(256)	343

a.1) Expectativa de realização dos créditos tributários:

Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Diferenças temporárias		Valor Presente*
			Imposto Renda	Contribuição Social	
2023	116	70	6	3	195
2024	125	75	1	1	202
2025	101	75	1	1	178
2026	-	-	-	-	-
2027	-	-	3.583	2.152	5.735
Total	342	220	3.591	2.157	6.310

*Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

8. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	349	-	349	121	-	121
Impostos e contribuições a recolher	2	-	2	3	-	3
Total	351	-	351	124	-	124

Provisão para pagamentos a efetuar

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	
Receitas da intermediação financeira	1.000	2.049	1.927
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	1.000	2.049	1.927
Despesas da intermediação financeira	-	(435)	(1.009)
Operações de captações no mercado (Nota 19)	-	(435)	(1.009)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.000	1.614	918
Outras receitas/(despesas) operacionais	103	67	(19)
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(201)	(287)	(386)
Despesas tributárias (Nota 17)	(50)	(82)	(46)
Outras receitas operacionais (Nota 15)	804	1.259	736
Outras despesas operacionais (Nota 16)	(450)	(823)	(323)
Resultado operacional	1.103	1.681	899
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.103	1.681	899
Imposto de renda e Contribuição social (Nota 11)	(197)	(250)	(184)
Provisão de imposto de renda / contribuição social	(212)	(341)	(120)
Ativo fiscal diferido	15	91	(64)
Resultado líquido do semestre/exercício	906	1.431	715
Resultado líquido por ação - R\$	0,05	0,08	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	
Resultado líquido	906	1.431	715
Outros resultados abrangentes	5	10	9
Efeito tributário (a)	(2)	(4)	(4)
Resultado Abrangente	909	1.437	720

(a) O efeito tributário foi calculado pela alíquota de 25% de IRPJ e 15% de CSLL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021 (Em milhares de reais)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	

Resultado líquido ajustado	728	1.108	710
Resultado líquido do período	906	1.431	715
Ativo fiscal diferido	(15)	(91)	64
Atualização dos depósitos judiciais (Nota 15)	(613)	(1.055)	(392)
Atualização de passivos contingentes (Nota 16)	450	823	323
Variação de Ativos e Passivos	(2.339)		

...continuação



Há mais de 60 anos valorizando o empresário brasileiro com linhas de crédito e soluções financeiras.



Assista ao vídeo



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14. Outras Despesas Administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Processamento de dados	(142)	(131)
Serviços do sistema financeiro	(22)	(20)
Publicação	(12)	(29)
Serviços especializados	(1)	(36)
Outras despesas administrativas (a)	(110)	(170)
Total	(287)	(386)

(a) Composto basicamente por indenização trabalhista em dezembro de 2022 e 2021.

15. Outras Receitas Operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Atualizações de depósitos judiciais	1.055	392
Reversão de provisão trabalhista	191	343
Diversas	13	1
Total	1.259	736

16. Outras Despesas Operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Atualização de provisão para risco (a)	(823)	(323)
Total	(823)	(323)

(a) Composto por contingência tributária em 31 de dezembro de 2022 (contingências tributárias e trabalhista em 31 de dezembro de 2021).

17. Despesas Tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos Federais		
Cofins	(68)	(37)
Pis	(11)	(6)
Outros	(3)	(3)
Total	(82)	(46)

18. Depósitos

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	-	22.941
Total	-	22.941

O saldo em depósitos interfinanceiros com o Banco Sofisa S.A foi liquidado em 03/2022.

O percentual aplicado nas transações é 100% CDI em 31 de dezembro de 2021.

19. Despesas de Operações de Captação no Mercado

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	(435)	(1.009)
Total	(435)	(1.009)

20. Gestão de Riscos e Basileia: Os riscos são geridos de forma consolidada e controlados individualmente pelo acionista controlador, o Banco Sofisa. O índice da Basileia também é apurado de forma consolidada, nos termos da regulamentação vigente e em 31 de dezembro de 2022 é de 13,81% (14,10% em 31 de dezembro de 2021). **21. Resultados recorrentes e não recorrentes:** Conforme Resolução BCB N° 2 de 2020 a Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento não apresentou resultado que não está relacionado com sua atividade e não previsto para ocorrer nos exercícios futuros.

A DIRETORIA

CONTADOR: William de Almeida - CRC 1SP207772/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Deloitte.



Banco Sofisa.

Eleito pelo segundo ano consecutivo o melhor Banco Middle Market do país.

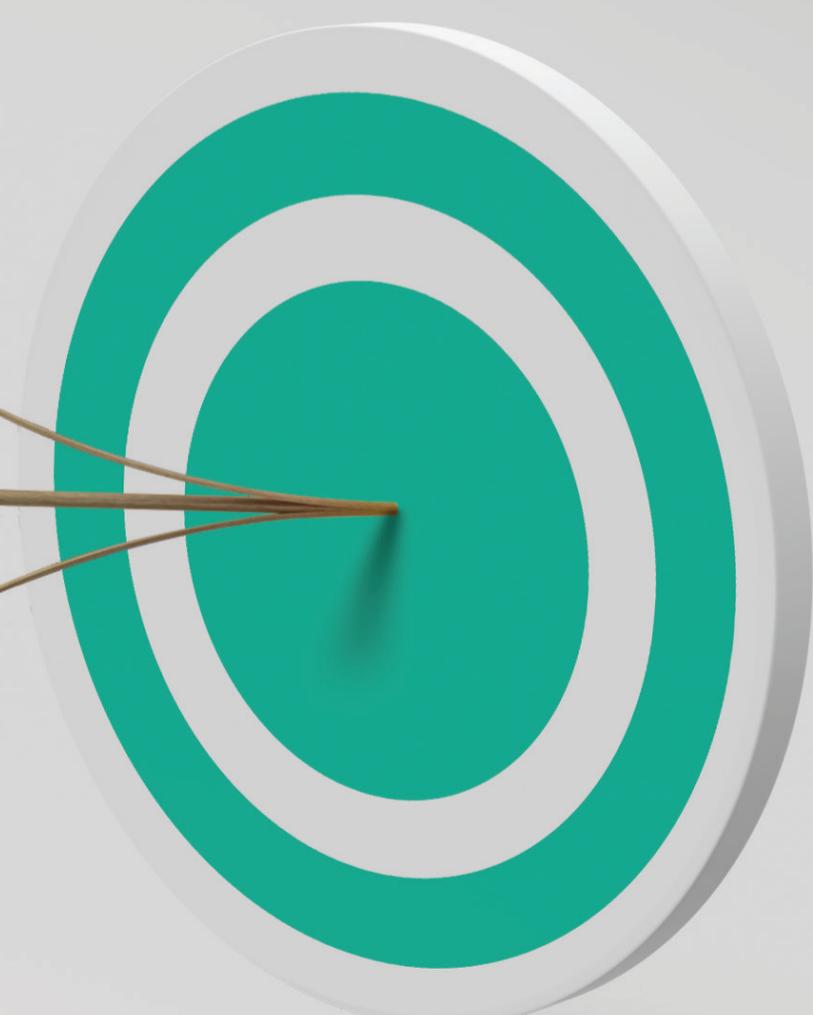
Mais do que um prêmio, essa é uma enorme conquista que estendemos a todas as empresas que nos depositaram confiança e nos permitiram chegar até aqui.

Há mais de 60 anos, acreditamos e valorizamos o empresário brasileiro.

Vencer esse prêmio por dois anos consecutivos nos dá a certeza de que estamos no caminho certo.



Nós valorizamos o seu negócio.



Saiba mais sobre nós:



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>